

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Deu pau

A EQI, escritório de agentes autônomos que prepara sua saída da XP em 60 dias para montar sua própria corretora ao lado do BTG, enviou uma notificação extrajudicial à XP nesta segunda (27) pedindo que ela apresente provas da acusação feita neste sábado ou que se retrate. Na noite de sexta (24), a XP bloqueou em seu sistema a conexão dos assessores da EQI e, no sábado (25), justificou que havia identificado uma tentativa de violação dados de clientes por meio de um robô.

BUGOU O escritório de agentes autônomos pede que a retratação e a prova sejam mostradas em 48 horas. Procurada pela coluna, a XP diz que “as infrações identificadas já foram encaminhadas aos órgãos reguladores e Banco Central”.

TRAVOU Na notificação enviada nesta segunda, a EQI afirma que a XP, a princípio, disse que não havia suspensão de acesso, mas manutenção técnica. O escritório de agentes autônomos diz que no dia 14 seu pessoal de tecnologia fez um procedimento corriqueiro de acesso a dados com o email da empresa, mas que durante dez dias a XP não reclamou.

DELAY “Por que a XP demorou dez dias para tomar as alegadas medidas de proteção a dados sigilosos dos clientes? Certamente porque sabia que não havia ameaça alguma a esses dados”, diz o comunicado da EQI.

TELA AZUL O escritório de agentes autônomos afirma que a acusação é grave e causa estranheza que a XP não aponte quem foi o usuário que realizou o acesso, nem o horário. “Da forma como conta a história, a XP faz crer que seu sistema pode ser violado a qualquer hora de maneira simples e fácil”, diz a EQI.

AR O requerimento dos líderes partidários da Câmara que pede urgência na análise do projeto da nova Lei do Gás deve ser votado nesta quarta (29). O projeto trata da expansão da concorrência no setor.

PRESSA Em debate desde 2013, o texto foi aprovado em outubro pela Comissão de Minas e Energia da Câmara. O projeto aborda a contratação de capacidade em gasodutos e novas regras para autorizar o transporte e a estocagem do combustível.

CASA Uma ação recente da Camicado que ofereceu 30% de desconto nas compras feitas só em suas lojas físicas chamou a atenção de consumidores neste momento em que parte dos compradores receia sair de casa. Procurada, a loja de decoração diz que a promoção também valia para as compras pelo WhatsApp e que faz ofertas no e-commerce.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência julho*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de julho vence em 20.ago para empresas; para pessoas físicas, vence em 15.ago. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

	Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica vence em 7.ago. A guia de pagamento dos padrões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

42% dos acordos na crise tratam de corte de salário ou suspensão de contrato

Negociações sobre reajuste entre maio e junho são substituídas por questões relativas aos impactos econômicos do coronavírus

Fernanda Perrin

SÃO PAULO A fatia de acordos e convenções que tratam de redução de jornada e salário ou suspensão de contrato alcançou 42% dos firmados entre março e junho, segundo levantamento feito pelo Dieese.

Nesse período, foram registrados 7.398 instrumentos coletivos, sendo que 55% deles continham alguma cláusula relacionada à pandemia. Os setores de serviços e indústria foram os que mais citaram a Covid-19.

Ao mesmo tempo, o número de acordos e convenções sobre reajuste salarial no primeiro semestre caiu 28% em comparação com o mesmo período do ano passado. O mês de abril foi o que registrou maior queda, de 41%.

Como o número total de instrumentos firmados permaneceu estável —em 2019, foram 8.574, e, em 2020, 8.827—, a redução indica que as negociações sobre reajuste foram substituídas por questões relativas aos impactos da Covid-19. Segundo Luís Ribeiro, técnico do Dieese responsável pelo levantamento, a análise preliminar dos dados aponta que um quarto das negociações de reajuste salarial nesse período não conseguiu repor a inflação (a entidade ainda está finalizando o balanço completo do primeiro semestre).

“É um sinal ruim porque a inflação está muito baixa e mesmo assim não vemos categorias conseguindo repô-la”, afirma Ribeiro.

A crise, o desemprego em alta e as dificuldades financeiras das empresas fragilizam a posição de negociação dos sindicatos por reajustes com ganho real. Efeito desse cenário, o número de greves registradas no primeiro semestre foi o menor desde 2011.

Na semana encerrada em 4 de julho, 48,1% da população em idade para trabalhar tinha uma ocupação, menor patamar da série do IBGE.

Por outro lado, muitas categorias cuja data-base é no primeiro semestre incluíram nos acordos cláusulas estabelecendo o adiamento das negociações salariais para o período pós-pandemia.

As atividades que mais fecharam acordos de redução de jornada e salário ou suspensão de contrato foram metalurgia, turismo e comércio —esses dois últimos, setores fortemente impactados pelas restrições de circulação impostas pela quarentena.

Entre os comerciários, 48% dos acordos e convenções feitos entre março e junho incluíam alguma cláusula relativa à MP 936. Desses, 85% trataram de suspensão de contrato, e 60%, de redução de jornada e salário (os números superam 100% porque um mesmo acordo ou convenção pode tratar dos dois temas).

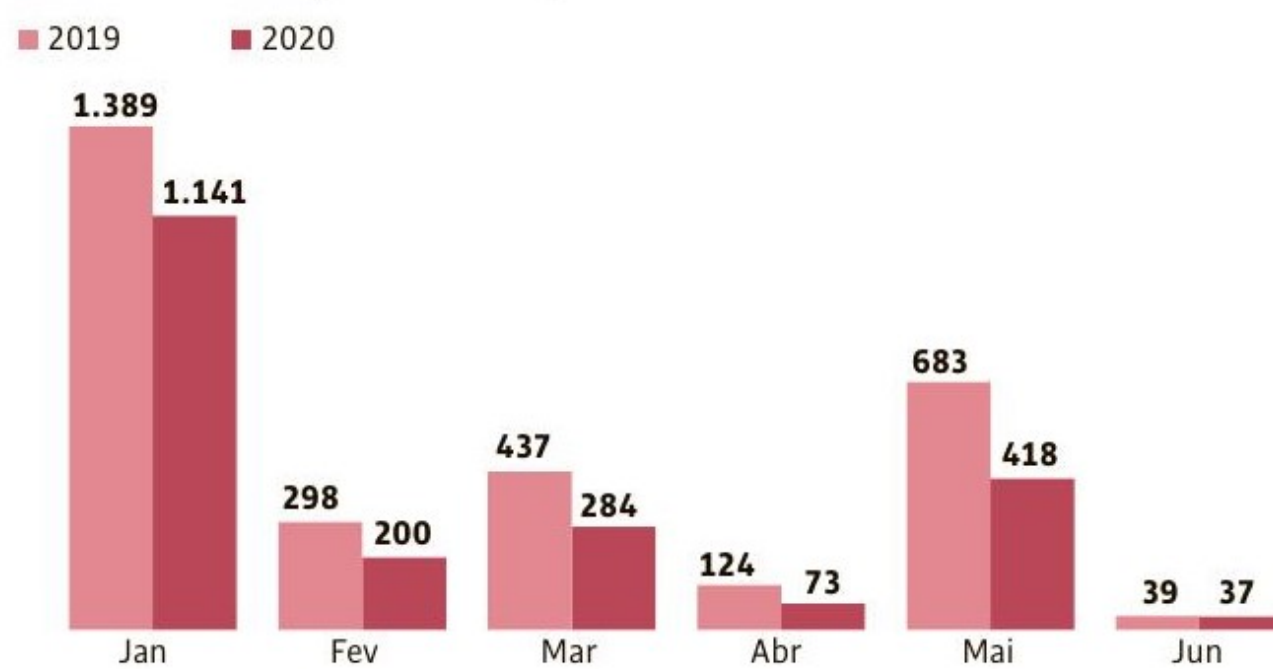
Já entre os metalúrgicos, a proporção se inverte: 75% dos instrumentos focaram redução de jornada e salário, e 49%, suspensão de contrato. Considerando todos os acordos firmados entre março e junho, 57% abordaram a MP 936.

Embora seja uma categoria que comparativamente sofreu menos na atual conjuntura, a alta incidência de acordos de corre de a prática já ser tradicional entre metalúrgicos.

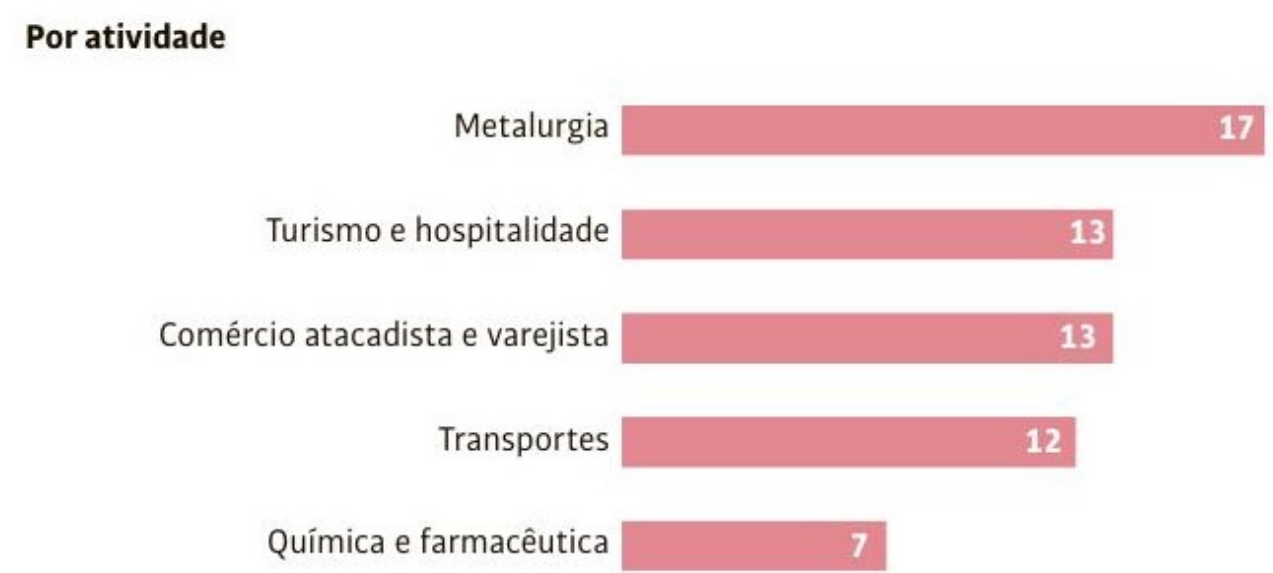
O contrário ocorre com o setor de serviços, que foi fortemente impactado pela crise e cujos trabalhadores têm mai-

Pandemia reduz acordos sobre reajuste e impulsiona os de redução salarial

Acordos e convenções sobre reajuste salarial



Acordos e convenções com cláusulas sobre a Covid



Fonte: Dieese

GOOGLE MANTERÁ EMPREGADOS EM CASA ATÉ A METADE DE 2021
O gigante das buscas online é a primeira grande empresa dos EUA a formalizar um cronograma longo para enfrentar a pandemia do coronavírus. O cronograma se aplica aos empregados da maior parte de seus principais escritórios, entre os quais a sede do Google em Mountain View, Califórnia, e outras unidades nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Índia, no Brasil e em outros países

or dificuldade de organização. Principal motor da economia brasileira, o setor de serviços acumulou até maio queda de 7,6% em comparação com igual período do ano passado.

Com a pandemia, ganhou destaque a atuação de entidades do segmento, como os sindicatos de professores e trabalhadores dos transportes, afirma Ribeiro.

O sindicato dos professores da rede privada de São Paulo (Sinpro-SP), por sua vez, tem atuado contra demissões em massa em universidades particulares. Em junho, a entidade foi à Justiça contra a demissão de mais de 300 docentes da Uninove.

Os entregadores de aplicativo também têm se organizado dentro e fora de sindicatos para pressionar as empresas por um repasse maior e acesso a equipamentos de proteção contra a Covid-19.

Epicentro da doença, São Paulo foi o estado com maior incidência de acordos com cláusulas envolvendo a Covid-19 em termos absolutos e proporcionais ao total de instrumentos firmados.

Alguns acordos buscaram avançar em relação à MP incluindo compensações para quem está trabalhando em home office, como um valor fixo entre R\$ 50 e R\$ 60 para despesas com energia e internet. “Esse é um dos temas que vão entrar em definitivo nas negociações. Se, por um lado, as empresas estão descobrindo o home office como alternativa para cortar despesas, por outro os sindicatos estão negociando para que o custo não seja transferido todo para o trabalhador”, diz Ribeiro.

Esse é o caso dos petroleiros. No congresso da federação da categoria, encerrado no dia 19, foi aprovada a inclusão de regras sobre teletrabalho na pauta de reivindicações que serão levadas à Petrobras na negociação do acordo coletivo com a empresa.

Pilotos da Latam rejeitam proposta de reduzir remuneração

SÃO PAULO Pilotos da Latam Brasil rejeitaram proposta de acordo coletivo feita pela empresa em votação online organizada pelo SNA (Sindicato dos Aeronautas), que representa a categoria.

O percentual de votos contrários foi de 89,3% entre comandantes, 88,9% entre copilotos e 88,6% entre comissários. Os favoráveis foram 10,7%, 11,1% e 11,4%, respectivamente. O sindicato afirma que já informou o resultado à empresa e que uma reunião foi agendada para esta terça (28).

Não há previsão de nova reunião com o TST (Tribunal Superior do Trabalho), a quem o SNA pediu mediação.

O resultado já era esperado por profissionais da empresa. Os pilotos aceitaram uma redução temporária de jornada e salário por 18 meses, mas rejeitam a proposta da Latam de redução permanente na remuneração quando esse período acabar.

Já a companhia vincula um acordo ao outro, diferente do que fizeram Azul e Gol, que fecharam só acordos temporários com o SNA.

Em processo de recuperação judicial, a Latam Brasil emprega 2.000 pilotos e 5.000 comissários. Segundo a empresa, os ajustes no cálculo da remuneração são necessários para equilibrar seus custos com os das concorrentes, antecipando um período maior disputa no mercado. O setor aéreo foi um dos mais afetados pela crise provocada pela pandemia.

O sindicato reconhece que os salários pagos pela empresa estão acima da média praticada pelas concorrentes, mas atribui essa diferença às rotas internacionais feitas pela Latam, que envolvem aviões superiores e voos mais longos.